

A ESCRITA DO LUTO: O FEMINICÍDIO NA FICCÃO DE PATRÍCIA MELO E SELVA ALMADA*

Carlos Magno Gomes**

<https://orcid.org/0000-0001-9070-9010>

Como citar este artigo: GOMES, C. M. A escrita do luto: o feminicídio na ficção de Patrícia Melo e Selva Almada. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 1-13, set./dez. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETLT16529>

Submissão: 28 de setembro de 2023. **ACEITE:** 10 de abril de 2025.

Resumo: Este artigo apresenta um estudo comparado entre a memória de casos reais de feminicídios explorados pela escritora brasileira Patrícia Melo (2019), em *Mulheres empilhadas*, e pela argentina Selva Almada (2018), em *Garotas mortas*. Metodologicamente, debatemos a necessidade de nomeação do feminicídio como um código de punição machista conforme Rita Laura Segato (2013) e Lia Zanotta Machado (2019). Pelos estudos literários, analisamos as estratégias narrativas que incorporam os arquivos desses crimes à tessitura textual, rompendo as fronteiras entre o real e o ficcional como uma marca da estética literária “pós-autônoma”, de acordo com Josefina Ludmer (2009).

Palavras-chave: Violência de gênero. Estética pós-autônoma. Patrícia Melo. Selva Almada. Feminicídios.

* Esta pesquisa é financiada pelo CNPq e engloba narrativas e poemas, produzidos a partir do contexto de violência contra a mulher na Argentina e no Brasil.

** Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil. E-mail: calmag@bol.com.br



PALAVRAS INICIAIS

Ofeminicídio passou a fazer parte do universo literário brasileiro e argentino nas últimas décadas. No Brasil, esse fenômeno estético-cultural está alicerçado não só pela ampliação dos temas literários, mas, sobretudo, pelo zelo aos direitos das mulheres e pelo respeito às vítimas desses crimes. Na Argentina, no século XXI, o assustador número de feminicídios tem despertado a atenção de ativistas feministas e de escritoras contemporâneas, como Selva Almada e Dolores Reyes, que passaram a dar mais ênfase a esse tema.

No Brasil do final do século XX, destacamos alguns textos que tematizam crimes contra as mulheres, como os contos “A língua do p”, do livro *A via crucis do corpo* (1974), de Clarice Lispector, e “Dolly”, da coletânea *A noite mais escura e eu* (1995), de Lygia Fagundes Telles, que fazem referência a casos de violência sexual seguida de feminicídio. Na obra *Contos de amor rasgados* (1986), Marina Colasanti traz diversas paródias de maridos possessivos, que praticam cárcere privado, emparedamento e decapitação da esposa.

No século XXI, o tema tem ganhado cada vez mais espaço na literatura brasileira, como na obra *Vozes do deserto* (2004), de Nélida Piñon, que atualiza a violência sofrida pela protagonista Scherezade, do clássico *As mil e uma noites*, quando projeta uma personagem que consegue pôr fim à matança das jovens esposas do Califa. Na última década, surgiram obras que retomam casos reais de feminicídios e estupros a partir do lugar de fala da mulher, como *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo (2019), e *Vista chinesa* (2021), de Tatiana Levy. Essas obras trazem novas estratégias narrativas quando questionam as formas de naturalização desses crimes.

Tal forma de incorporação da violência à literatura é vista por Lúcia Zolin (2021, p. 37) como uma estratégia de negociação entre o lugar de fala da mulher e suas demandas sociais, já que

[...] as escritoras engendram narrativas a partir de argumentos que, em alguma medida, remetem a sinais da ancestral opressão das mulheres, não no sentido de lhes renderem tributo, mas porque eles, irremediavelmente, integram seu cosmos feminino.

Na Argentina, não tem sido diferente. Há diversas obras que procuram explicar o tema da violência contra a mulher na última década. O marco inicial foi o aclamado livro *Chicas muertas* (2014), de Selva Almada, que traz dados de crimes relacionados à violência estrutural contra a mulher, relatando casos de estupros e feminicídios. Dolores Reyes, por sua vez, traz uma experiência mais chocante em *Cometierra* (2019), que propõe um fabuloso trabalho de criação literária ao misturar fatos reais, da tragédia que circunda as argentinas da periferia de Buenos Aires, e a insólita trajetória da protagonista, que come terra e tem visões sobre a violência doméstica naturalizada naquela região. Além de detalhar a pobreza que se confunde com a violência, a obra de Reyes faz homenagem a duas jovens que sofreram feminicídios: Melina Romero e Araceli Ramos. Esses crimes a motivaram a expor o silêncio social em torno dessa barbárie.

Para este artigo, vamos focar a comparação da forma como os dados reais de casos de feminicídios são citados pela brasileira Patricia Melo (2019) em *Mulheres empilhadas*, em contraste com a técnica narrativa da argentina Selva Almada

(2018) em *Garotas mortas*. Essas obras têm em comum a retomada de crimes reais a partir do olhar de uma narradora que mistura ficção e realidade, rompendo as fronteiras do literário para abrir espaço para o luto. Tal estratégia nos convida a fazer reflexões sobre a ódio contra a mulher presente tanto em crimes bárbaros como na relativização da culpa masculina, reforçando a urgência de haver uma punição mais eficiente para feminicídios conforme os preceitos jurídicos atuais (Machado, 2019, p. 15)¹.

Em comum, Melo (2019) e Almada (2018) partem de dados processuais, recortes de jornais e entrevistas com familiares das vítimas e representantes do Judiciário, priorizando experiências-límite de aniquilamento do corpo feminino. Em suas obras, essas autoras reconhecem que os assassinatos de mulheres acontecem de forma repetitiva e reincidente, e são banalizados como crimes de bagatelas. Pelo olhar das duas escritoras, uma mulher corre riscos por ser mulher em qualquer espaço da sociedade machista, sobretudo no familiar. Com essa tessitura implicada com a luta pelos direitos das mulheres, reconhecemos uma estética de resistência feminista, pois são narrativas que dão visibilidade à epidemia de mortes que assola o Brasil e a Argentina.

Por se tratar de uma abordagem de identificação das estratégias de resgate da memória de casos reais no texto literário, exploramos o repertório da violência como próprio dos arquivos patriarcais que pregam padrões hegemônicos de força e virilidade para o homem e de submissão e temor para a mulher. Tais regulamentações são articuladas coletivamente e estão presentes nos arquivos jornalísticos e jurídicos. Jacques Derrida (2001, p. 17), em *Mal de arquivo*, nos alerta para o duplo movimento que um arquivo carrega: remete-nos aos fatos reais e expõe as normas morais que circundam tal memória, pois é tanto domiciliar, quanto revolucionário, quanto pode ser usado como um símbolo do passado ao expor os rastros dos silêncios que o cercam.

O processo de identificação desses arquivos passa pelo exercício de mapeamento das pegadas sociais que o texto carrega. Tal construção estética rompe as fronteiras entre os dados reais e a construção textual, expondo marcas de uma estética pós-autônoma, já que, segundo Josefina Ludmer (2009, p. 41), “[...] não se sabe ou não importa se é ou não literatura. Também não se sabe ou não importa se é não ficção ou realidade, visto que se instala no cotidiano e no ‘fazer o presente’ é seu significado”. Para Gomes (2021), o corpo da mulher violentada ou que sofre feminicídio é também um arquivo social e pode ser lido como um “intertexto moral” de uma sociedade conversadora que relativiza esses crimes ao culpabilizar a mulher pela violência sofrida.

Assim, ao incorporarem arquivos de terror e violência em volta de diversos feminicídios, Patrícia Melo e Selva Almada reforçam a posição de memória que a literatura carrega, seja a dos textos anteriores com os quais dialogam, sejam as referências extratextuais que circundam cada obra. Nesse processo, é relevante destacar que o arquivo “capitaliza tudo, incluindo aquilo que o arruina ou contesta radicalmente seu poder” (Derrida, 2001, p. 24). Por esse princípio do arquivo, defendemos que, nos casos de feminicídios, a forma como a mulher é executada pode ser considerada parte de um ritual social de banalização dos direitos da mulher.

1 Optamos por uma tradução livre da versão do texto publicado em francês, em 2019, de Lia Zanotta Machado.

A seguir, passamos a analisar as estratégias de resgate da memória desse crime a partir dos pontos em comum entre as obras de Melo e Almada.

O ÓDIO QUE IMPULSIONA OS FEMINICÍDIOS

As obras *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo (2019), e *Garotas mortas*, de Selva Almada (2018), têm diversos aspectos que as aproximam e reforçam a preocupação de duas escritoras em destacar o luto e o trauma do feminicídio como heranças de uma sociedade misógrina.

A narrativa de Melo (2019) é dividida em três planos, que, com o desenrolar da trama, vão se aproximando e deixando pistas que seus fios fazem parte de um mesmo tecido literário. O primeiro plano é identificado por números arábicos e tem o formato de poema, trazendo dados de feminicídios publicados pela imprensa brasileira em diversos estados; no segundo, temos a trama ficcional, nomeada pelas letras do alfabeto português, em que é contada a trajetória da narradora, a advogada paulista, que aceita fazer parte do mutirão de julgamentos no Acre, após terminar o namoro com Amir; e, no terceiro, especificado pelas letras do alfabeto grego, temos um plano que mistura ações sociais e rituais com indígenas guerreiras da região, nos quais há consumo de chás alucinógenos e projeção de um sonho feminino coletivo de vingança contra seus agressores.

Na obra memorialista de Selva Almada (2018), temos um texto híbrido que se inicia com uma investigação de casos de feminicídios que aconteceram na década de 1980, na sua juventude, tentando montar o quebra-cabeça da impunidade que está presente nos crimes de Andrea Danne, María Luisa Quevedo e Sarita Mundín. Por meio de diversas fontes, recortes de jornais, entrevistas com testemunhas e familiares e reprodução de inquéritos policiais que não foram solucionados, Almada busca ressaltar a importância do resgate das vozes dessas vítimas. Na construção de como cada crime acontece, observamos um tecer literário que incorpora detalhes de cada feminicídio a partir do olhar investigativo da narradora que ouve familiares e amigos e consulta os recortes de jornais e os processos criminais.

A obra de Melo (2019) é bem objetiva quando retoma os casos reais de feminicídios, provocados por maridos ou ex-companheiros que não aceitam a liberdade da mulher. Ao fazermos uma pesquisa na internet, encontramos diferentes referências a cada um dos casos citados no romance, reforçando o entrecruzamento de arquivos pessoais e coletivos que a obra carrega. O ódio à mulher está presente constantemente, como no caso de Elaine Figueiredo Lacerda, morta pelo marido, em Montes Claros, em Minas Gerais, em 2018: “Foi abatida a tiros/ Na porta de sua casa./Num final de tarde de domingo” (Melo, 2019, p. 9). Esse feminicídio é marcado pela ideia de posse da esposa, visto que ela estava querendo se separar.

Em muitos casos, Melo (2019, p. 18) denuncia o terror imposto à vítima pelos agressores, que, ao serem abandonados, passam a ameaçar sua companheira com intimidações como acontece com Rayane Barros de Castro, uma jovem de “Dezesseis anos,/Morreu assassinada a tiros./Antes de matá-la, o assassino enviou uma/mensagem/pelo WhatsApp:/‘vou viver a minha vida, mas você não vai/viver a sua’”. As ameaças sofridas pela jovem Rayane fazem parte das estratégias misóginas de controle do corpo da mulher, que, após romper um

relacionamento abusivo, passa a ser intimidada e ameaçada pela perversa ordem hegemônica do pai (Bandeira; Magalhães, 2019, p. 31).

Além disso, tanto no caso de Elaine como de Rayane, identificamos crimes sustentados pela premissa machista do “pertencimento corporal”, que faz parte dos contratos simbólicos de sociedades patriarcais. Mesmo diante do avanço legislativo de mais punições contra agressores, esse “pertencimento” continua a se manifestar na execução do feminicídio conjugal, uma vez que os assassinos acreditam ser proprietários do corpo daquelas que eles escolheram para ser suas companheiras, conforme os contratos simbólicos de sociedades patriarcais (Bandeira; Magalhães, 2019).

Por sua vez, a narrativa de Almada (2018) cita dezenas de casos de crimes contra mulheres argentinas que aconteceram entre sua juventude e a produção da obra *Garotas mortas* em 2014, dando destaque a três casos: Andrea Danne, morta em casa em novembro 1986, María Luisa, sequestrada e estuprada por estranhos em dezembro 1983, e, por último, Sarita Mundín, desaparecida após sair com seu amante e protetor em março de 1988. A obra de Almada (2018) está entrecortada pela predestinação da narradora de tentar reconstruir cada caso, aproximando-se das vítimas para recontar o último dia de cada uma delas, que deixaram saudades entre amigos e familiares, conforme os depoimentos coletados em sua pesquisa.

Por ser um texto memorialista, temos acesso às reconstruções dos crimes diluídas no depoimento da narradora que cola fragmentos de textos copiados dos arquivos pesquisados, como os jornais da época e os inquéritos das três vítimas. Além das referências aos dados reais, a narrativa está amarrada por um posicionamento político que ecoa em seus registros de crimes que “apareciam a contágotas nas manchetes de jornais de circulação nacional” (Almada, 2018, p. 12).

Por exemplo, ao descrever o primeiro caso de feminicídio, o de Andrea Danne, ela registra como recebeu notícia do crime pelo rádio: “[...] uma adolescente tinha sido assassinada em sua própria cama, enquanto dormia” (Almada, 2018, p. 11). A crueldade que envolve esse assassinato está presente nas descrições técnicas do inquérito:

[...] encontra-se o corpo da sra. María Andrea Danne, em decúbito dorsal, com o rosto ligeiramente inclinado para a direita, repousando sobre o travesseiro, com muito sangue, o peito, o lençol, o colchão, parte da cama, isto é, o estrado no lado direito, e uma poça de sangue no chão, à direita da cama (Almada, 2018, p. 45-46).

Além da linguagem de um laudo criminal, a narrativa vai dando pistas da fragilidade como a investigação foi iniciada, pois, logo depois, lavou-se a cena do crime, o que impediu a extração de novas provas da cena original. Nesse caso, a morte da jovem está cheia de mistérios, já que os principais suspeitos conseguiram provar um álibi, pairando no ar uma suspeita sobre os familiares da vítima.

A brutalidade dos casos tirados dos jornais também é destacada por Patrícia Melo (2019), que tem o cuidado de reescrever as notícias, enfatizando as estratégias cruéis dos assassinos. Ao resgatar crimes hediondos noticiados na imprensa brasileira, observamos o respeito de Melo (2019, p. 38) à memória das vítimas, sobretudo ao detalhar o ódio traduzido nos corpos estraçalhados das vítimas: “TRT,/cabelos lisos e castanhos,/íris idem,/o exame necroscópico apura/ corpo em rigidez muscular generalizada/onze feridas,/com bordos regulares

em: /Tórax direito (2 cm)/Braço direito (2 cm, 0,5 cm)”. Ao detalhar uma ficha do inquérito policial, a autora opta por fotografar não só o corpo vazado por balas, mas também a misoginia que envolve o abate da vítima, reforçando a extrema perversidade machista, que normatiza os feminicídios.

A exposição a esse ódio está presente no brutal feminicídio de Engel Sofia Pironato, citado por Melo (2019) no fragmento DA SIMPLES ARTE DE MATAR UMA MULHER 1, título registrado em letra maiúscula como forma de destacar os motivos fúteis pelos quais os companheiros executam suas parceiras. Os detalhes dessa descrição flexibilizam as fronteiras do texto, que pulsa uma estética pós-autônoma de fazer literatura, confundindo o campo ficcional com o social (Ludmer, 2009). Na narrativa, a ruptura das fronteiras textuais reforça o quanto o ódio contra a mulher motiva as execuções. Nesse caso, deparamo-nos com o ódio pulsante do executor, que ainda tenta se livrar do corpo executado, pois “retirou as prateleiras/da geladeira”, para deixar o corpo da mulher entre “restos de comida – e água gelada./e arroz velho, e pepino azedo”. Ela uma jovem de 21 anos “de quem ele estava se separando,/e que ele estrangulou/num mata-leão bem dado,/depois de uma discussão acalorada,/naquela manhã de segunda-feira” (Melo, 2019, p. 184-185).

Esteticamente, a linguagem literária reforça o terror da visão do crime e dá minúcias do ódio que sustenta esse feminicídio, deixando pistas do quanto ele não se arrependeu da execução praticada. Ao descrever os detalhes do crime após uma discussão de uma separação, Melo (2019) expõe o perigo aterrorizante da violência conjugal. Além disso, ao expor a estratégia de o assassino armazenar a esposa na geladeira, como se fosse um alimento perecível, Melo (2019) desnuda a banalidade por trás dessa execução, já que repete a lógica machista de propriedade sobre o corpo da outra.

Nesses crimes conjugais, observamos a reincidência de códigos sociais, que dão respaldo ao culto da masculinidade. Além disso, a execução da mulher também envolve valores morais, que, segundo a antropóloga Rita Laura Segato (2013, p. 24), funcionam como códigos reguladores, uma vez que, “[...] para o homem manter seu *status* masculino, como um título, um certificado social, é necessário que outro sujeito não o tenha”. Assim, nos casos conjugais, além de o feminicídio repetir a lógica da posse do corpo, ele reforça o *status* da masculinidade.

Nos casos de feminicídios praticados por estranhos, vai se destacar a premissa da masculinidade predatória. Esse terror é identificado por Selva Almada (2018), quando faz referência ao sequestro, estupro e assassinato de María Luisa, estrangulada pelo próprio cinto que usava naquele dia. Esse crime foi descoberto por acaso por Almada (2018, p. 12), em uma viagem de férias, dois anos antes de iniciar suas investigações para a produção do livro, conforme registra a autora: “O texto dizia: vinte e cinco anos do crime de María Luisa Quevedo. Uma garota de quinze anos assassinada em 8 de dezembro de 1983, na cidade de Presidente Sáez Peña”.

A partir de recortes de jornais da época e do depoimento de Yogui, irmão da vítima, Almada (2018) vai construindo uma visão atualizada do caso, mostrando o quanto a falta de investigação adequada prevalece. Apesar de María Luisa ter sido vista no carro de um empresário do setor de transportes públicos com outras amigas, o testemunho delas foi mudando, e não se sabe ao certo o que aconteceu. Para o juiz Oscar Sudría, as duas amigas sabiam de algo, e, durante 20 anos, ele sempre as intimava a depor sem policiais por perto, porque, “depois

da coerção ilegal denunciada durante o inquérito de 1983, se havia algo que elas não confiavam era na polícia” (Almada, 2018, p. 69).

Assim como observamos nos casos narrados por Melo (2019), Almada (2018) parte de recortes de jornal e depoimentos para confeccionar suas memórias dos crimes. Particularmente, Almada (2018) se aproxima mais de suas vítimas ao resgatar detalhes do cotidiano das vítimas, enquanto Melo (2019) opta por um detalhamento da execução, denunciando o padrão de “posse do corpo” como umas das marcas dos feminicídios conjugais. Essas duas formas de narrar os crimes se aproximam por romperem a fronteira da literatura, visto que as duas autoras exploram a junção de fragmentos de diferentes gêneros textuais de forma despojada, flexibilizando o próprio conceito de literatura, ao misturarem impressões pessoais com registros oficiais, tomando a forma de testemunho com injeção de trechos próprios do romance policial, marca de uma literatura pós-autônoma, como sugere Josefina Ludmer (2009, p. 42).

Na narrativa de Melo (2019), a memória extratextual é usada como um cimento para dar sustentação ao universo ficcional e reforça a nova dinâmica de fazer literatura. Na sexta referência a um caso real de feminicídio, sua obra destaca a brutalidade com que a advogada Tatiane Spitzner foi agredida pelo esposo em Guarapuava, no Paraná. As câmeras do prédio diziam tudo: as primeiras agressões no estacionamento, seguidas de socos no elevador até a ação fatal: “não cometeu suicídio, mas foi jogada do quarto andar pelo marido, Luís Felipe Manvailer” (Melo, 2019, p. 56)². O texto de Melo (2019) opta por destacar o nome do marido e desmente sua versão, dando pistas de que se tratava de um relacionamento abusivo mantido por um marido agressivo e impiedoso.

Assim como na obra de Almada (2018), em que a narradora tece comentários sobre os crimes, a narrativa de Melo (2019) também o faz de forma mais contida. Isso é possível na citação do caso de Daniela Eduarda Alves, em que há uma referência à falta de agilidade na proteção das vítimas: “Morta pelo marido em parceria com o Estado”, visto que os vizinhos chamaram a polícia no início da briga entre os dois, mas o socorro só veio depois da execução: “estava morta havia vinte minutos” (Melo, 2009, p. 136). Tal omissão também está presente nos crimes argentinos. Selva Almada (2018) reconhece a desmotivação dos investigadores como uma das causas da impunidade.

O terceiro feminicídio detalhado, em *Garotas mortas*, é o de Sarita Mundin. Almada (2018) faz suas constatações após ouvir a mãe e a irmã da vítima para recompor os acontecimentos em torno do seu desaparecimento em dezembro de 1988. Na última vez que foi vista, Sarita saiu de casa em um carro de seu amante, Oliveira, um empresário do ramo dos frigoríficos. Todavia, ele nunca foi responsabilizado. Cabe destacar mais uma vez que Almada (2018, p. 84) cita em sua obra parte do inquérito, quando dá destaque aos possíveis restos mortais de Sarita: “A ossada foi encontrada no extremo da ilha, na paragem de La Herradura, numa ramada produzida pela cheia do rio Ctalamochita, formada por uma árvore caída e um emaranhado de galhos e troncos”. Tanto a localização como o estado de decomposição são descritos de forma aterrorizante, fortalecendo a ideia de descaso com mais essa vítima. Para a irmã de Sarita, Mirna, os restos encontrados

2 Esse crime aconteceu em 22 de julho de 2018 e chocou o país pela forma traíçoeira de agressões, socos e tapas no estacionamento e elevador, reforçando a tese de um relacionamento abusivo com cárcere privado. O marido, Luís Felipe Manvailer, foi condenado a 39 anos de prisão em maio de 2021.

não eram dela. Portanto, nem o corpo nem o culpado foram localizados pela polícia no triste fim dado a Sarita.

Com destaque para o ódio dos criminosos e o descaso dos investigadores, observamos que tanto Patrícia Melo (2019) quanto Selva Almada (2018) estão preocupadas em reproduzir os argumentos que relativizam a gravidade dos feminicídios. O entrecruzamento de partes ficcionais com notícias e depoimentos reforça o quanto suas narrativas trazem à tona a memória coletiva misógina, traduzida tanto pela desvalorização do corpo da mulher como pela impunidade que prevalecem na maioria dos casos reais citados. Suas obras trazem notícias aterrorizantes do Brasil e da Argentina, pois se trata de duas sociedades que ainda punem suas mulheres quando aceitam a relativização da gravidade dos feminicídios. Em contrapartida, suas narrativas ecoam como um alarme de luto como veremos a seguir.

A MEMÓRIA ENLUTADA

Para além da temática da violência contra a mulher, *Mulheres empilhadas* e *Garotas mortas* abrem espaço para novas estratégias de abordar o feminicídio como herança de uma sociedade patriarcal e sexista. Tecnicamente, são narrativas híbridas, compostas de trechos que fazem referências aos casos reais e de diversos comentários das narradoras que questionam esse *modus operandi*. Essa ruptura de fronteiras é própria da literatura pós-autônoma, conforme aponta Josefina Ludmer (2009), pois trata-se de textos explicitamente motivados por uma intenção de dar visibilidade à banalidade acerca de como esses crimes são vistos no Brasil e na Argentina³. Entre as estratégias narrativas dessas obras, identificamos um texto orquestrado por uma experiência feminista de resistência que tentaremos detalhar na sequência.

Quanto a essa composição, destacamos que a obra de Patrícia Melo (2019) é estruturada a partir do eixo ficcional, já a de Selva Almada (2018) é costurada pelos fragmentos de memória da autora e por trechos de documentos consultados em sua pesquisa. Todavia, em ambas, a subjetividade da forma como a narradora se aproxima dos casos narrados reforça uma *performance* de questionamento social. Como já antecipado na seção anterior, *Mulheres empilhadas* se divide em três planos narrativos: o enredo ficcional, o coletivo das amazonas e os recortes de jornais com os casos reais divulgados pela imprensa. *Garotas mortas* explora diferentes colagens de textos: os depoimentos das famílias, as partes dos processos e a forma como a imprensa divulgava cada caso.

Em comum, expõem o luto e o trauma do feminicídio como heranças de sociedades misóginas. Assim, as duas obras nascem do inconformismo das autoras com a forma como esse crime continua sendo relativizado em vários segmentos sociais, que vai do policial ao jurídico. Há falhas tanto na investigação como na forma com que a maioria dos casos são julgados nos dois países.

Esteticamente, as duas obras são montadas a partir da coleção de notícias reais, que são costuradas ficcionalmente a partir de uma narradora. Em *Mulheres empilhadas*, Patrícia Melo (2019, p. 24) usa a estratégia da personagem-narradora

³ Por ser um texto memorialista, Selva Almada (2018) faz referência aos entrevistados e aos profissionais que consultou em sua trajetória. Por sua vez, Patrícia Melo (2019, p. 237-238) registra alguns nomes de colaboradores, como a jornalista Emily Sasson Cohen e o escritor Misha Glenny.

sem nome, uma advogada, que está relacionada à preocupação coletiva de que qualquer mulher está sujeita à brutalidade do feminicídio, como afirma a narradora: “Vamos falar sobre matança autorizada de mulheres... Dez mil casos de feminicídios nos tribunais, sem solução. Este é o meu tema”.

Essa narradora resgata o feminicídio da própria mãe, dando ênfase à dor da perda que é retomada em diversas passagens:

Enquanto eu caminhava para o fórum, lembrei das fotos de minha mãe espalhadas pela nossa casa na minha infância... Nelas, sua morte futura era quase tão evidente que parecia uma segunda presença. Dona Morte e minha mãe, lado a lado. Juntas (Melo, 2019, p. 32).

Por suas lembranças, percebemos que o perigo já estava presente no cotidiano daquela família, dando destaque à importância de falar desse trauma vivido por ela.

Selva Almada (2018) também ressalta o quanto é importante dar visibilidade a esse crime e reforça a necessidade de a sociedade criar estratégias contra essa forma de violência. Assim como na sua juventude, a mulher continua suscetível às violências misóginas. Seu tom de alerta fica claro quando reconhece que qualquer mulher pode ser uma vítima como ela se sentiu quando ouviu o primeiro caso:

Estamos no verão e faz calor, quase tanto quanto naquela manhã de 16 de novembro de 1986, quando, de certo modo, este livro começou a ser escrito, quando a garota morta atravessou meu caminho. Agora estou com quarenta anos e, diferentemente dela e de milhares de mulheres assassinadas em nosso país de lá para cá, continuo viva. Apenas uma questão de sorte (Almada, 2018, p. 121).

A constatação de que a mulher é perseguida pela possibilidade de ser morta somente por ser mulher é aterrorizante para as duas autoras. Patrícia Melo, em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, rememora que uma prima foi morta pelo marido e que esse fantasma assombrava todos: “Na minha família houve um caso de feminicídio. Era uma prima distante, a mãe dela foi morta pelo pai, e eu cresci ouvindo essa história. Lembro que quando o pai saiu da prisão ele virou uma assombração para a família” (Torres, 2019).

Como analisado anteriormente, apesar de ser um romance, *Mulheres empilhadas* traz diversos trechos que são retirados dos jornais brasileiros, reafirmando que uma mulher corre riscos de morte na própria casa. Essa interseção fica explícita quando as duas formas de composição se misturam, a ficcional e os extratos de jornais, quando se anuncia que a narradora possui um caderno de notícias que contém inúmeras notícias de feminicídios. Essa protagonista desenvolveu esse hábito a partir da morte da mãe, produzindo um arquivo de casos, que não só guarda a memória, mas também reforça seu compromisso em não se esquecer da voz das vítimas.

Esse encontro das partes da narrativa reforça um projeto político que tanto resgata a voz de mulheres executadas como descreve os perversos valores morais que dão sustentação a esse crime. O entrelaçamento de planos é destacado na cena em que a protagonista consegue resgatar a cena da morte da mãe. No instante em que ela rememora os detalhes de como a mãe foi abatida por seu pai, observamos que o coro de vozes de mulheres assassinadas, citadas no decorrer da narrativa, ecoa no choro desesperado da protagonista.

Nessa parte do romance, os nomes das mulheres reais se misturam com os das personagens, formando um monte de mortas: Carla, Rita, Engel, Taita, Daniela, Rayane, Txupira, Tatiane, Elaine, entre tantas outras que são citadas como parte do amontoado de vítimas:

A pilha é imensa./A pilha é monstruosa./A pilha é ultrajante./Já estou aos prantos/Quando vejo/Soterrada,/Embaixo da montanha de mulheres/assassinadas,/a minha/Mãe./& dela só vejo o braço parcialmente coberto pela manga do vestido preto, de bolas brancas (Melo, 2019, p. 208-209).

Tal estratégia de misturar ficção e realidade é inovadora, apontando para o compromisso de uma literatura voltada para o social. Essa forma de escrever de forma a particularizar as questões da violência sofrida pelas mulheres vem ganhando espaço na literatura brasileira contemporânea como foi apontado por Lúcia Zolin (2021, p. 37), uma vez que as escritoras “negociam sua posição de mulher e suas experiências femininas no processo de escritura do texto literário”.

Na narrativa de Almada (2018), a memória das mulheres assassinadas é resgatada em diversas partes da obra, quando ela faz referência aos casos que iam acontecendo enquanto escrevia sua obra. Sua narrativa dá destaque ao empilhamento de mulheres argentinas. Na reta final de sua travessia pelo passado obscuro dos crimes, a autora desabafa que muito pouco mudou e cita os nomes de mulheres mortas na Argentina em janeiro de 2014: Mariela Bustos, Marina Soledad da Silva, Zulma Brochero, Arnulfa Ríos, Paola Tomé, Carolina Arcos, Nanci Molina Luciana Rodríguez e Quelinda Vásquez (Almada, 2018, p. 121). Todas mortas de forma brutal por facadas, por tiros na cabeça, por estrangulamento, entre outras estratégias que reforçam a misoginia como uma das principais causas desses aniquilamentos.

Tal estratégia é própria de quem está predisposta a fazer uma homenagem àquelas vozes que ainda ecoam nos arquivos acessados, reverberando a força do mal que cada feminicídio carrega, uma vez que Almada (2018) parte dos valores machistas da década de 1980 para reforçar o quanto muito pouco se avançou nas primeiras décadas do século XXI, atualizando os casos de impunidade.

Portanto, a postura de Melo e Almada coaduna com uma *performance* de resistência. Politicamente, constatamos que, ao entrecortarem casos do passado e do presente, as autoras se projetam inconformadas com a vulnerabilidade da mulher. Suas obras se ancoram em memórias de luto, opondo-se “à estrutura invisível do poder masculino e que legitima antecipadamente novos assassinatos” (Machado, 2019, p. 11). Portanto, no plano estético, ao romperem as fronteiras textuais, as duas obras reivindicam um lugar de fala em oposição a um senso comum que banaliza esse crime, culpabiliza a mulher, relativiza a gravidade do crime por questões morais e, em muitos casos, condena a vítima por sua vida pregressa, entre outros atenuantes que ainda fazem parte dos processos desses crimes.

No campo estético, a ficção de Almada (2018) vai se compondo por referências a cada caso, o que é entrecortado pelas lembranças de outras situações de violência ouvidas pela narradora desde sua infância, como os casos de seqüestro e estupro de garotas de sua região. As informações colhidas nas três cidades que visitou foram incorporadas em pequenos trechos, nos quais o que aconteceu e o que se inventou se misturam. Esses pequenos detalhes pessoais atrelados aos recortes dos processos dão um tom investigativo que vai moldando os

capítulos, guiados sempre pelo olhar cuidadoso da narradora, que, mesmo incomodada com a falta de punição, não fez acusações, mas deixa que os familiares apontem o culpado.

Assim, ao explorarem arquivos da memória coletiva, as obras de Melo e Almada dialogam e podem ser enquadradas como textos de uma literatura pós-autônoma, pois estão para além das fronteiras da literatura e tingem a ficção com o sangue da realidade para provocar uma reflexão da banalização dos feminicídios na América Latina. Suas obras reconhecem que tal violência está relacionada ao menosprezo pelo corpo da mulher e funciona dentro de uma lógica machista que prega o fim trágico da mulher. Para Segato (2013, p. 35), essa banalização da má sorte silencia diversos componentes socioculturais, pois insiste “em tudo aquilo que possa nos livrar da responsabilidade e amargura, que nos transmite com seu injusto destino”. Opondo-se a essa premissa de silenciamiento, as duas obras ecoam a gravidade que envolve o alto índice de feminicídios no Brasil e na Argentina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observamos neste artigo, as obras de Patrícia Melo e Selva Almada são compostas de uma textualidade híbrida que prima pela aproximação entre casos reais e o engajamento da narradora ao questionar a misoginia estrutural tanto no contexto argentino quanto no brasileiro. Os casos noticiados em jornais e os arquivos processuais são explorados nessas obras como estratégias de questionamento da violência. Desse modo, as autoras valorizam as referências aos arquivos dos crimes para resgatar a voz da mulher executada.

Assim, constatamos que, tanto em *Mulheres empilhadas* quanto em *Garotas mortas*, a exploração da memória do feminicídio reforça um envolvimento solidário entre narradora e vítimas. Em comum, as duas autoras exploram a memória de diversos feminicídios para ressaltar que não se trata de uma invenção, mas de descrição dos absurdos que são praticados contra as mulheres. Essa nova estética literária confirma as suspeitas de Ludmer (2009, p. 42) de que estamos diante de uma literatura pós-autônoma, visto que essas obras retomam o acontecimento real sem um compromisso explícito de se projetar apenas como literário. Além disso, essas obras propõem a revisão do discurso misógino que prega o corpo da mulher como um território machista e se posicionam contra o imaginário da relativização dos feminicídios ao produzirem uma literatura carregada do “corpo-escrita” – um corpo solitário e em luto com as vítimas que se projeta como um “corpo-resistência” contra essas barbáries (Gomes, 2024).

Tanto no plano ficcional como nas referências a casos reais, o corpo feminino executado é visto como memória pulsante da misoginia e do ódio estrutural contra a liberdade da mulher. Essa violência tem um *modus operandi* que relativiza a brutalidade do crime por questões morais e por falhas nas investigações. No livro de Almada (2018), os casos são esquecidos sem que haja um julgamento. Melo (2019) destaca que, quando há julgamento, há um abrandamento da pena, quando os antecedentes são usados para diminuir o tempo de prisão dos culpados.

As duas obras ainda nos chocam por constatarmos que a memória dessa impunidade e da relativização da culpa do assassino continua sendo uma marca dos tempos atuais, apesar dos avanços legislativos com punições mais severas propostas pela legislação dos dois países. Se, no campo social, ainda precisamos

de estratégias para proteger mulheres ameaçadas e cuidar delas, observamos, no campo literário, que, nas primeiras décadas deste século, no Brasil, a violência contra a mulher vem sendo articulada por diferentes escritoras com técnicas que privilegiam “o lugar de falar”, visto que as autoras “tomam posse do direito de falar a respeito de tudo, inclusive de violência” (Zolin, 2021, p. 34).

Particularmente, nas duas obras estudadas, a identificação do luto reforça o lugar de Selva Almada e Patrícia Melo como escritoras antenadas com os gritos coletivos de mulheres em busca de seus direitos. Tal perspectiva é fundamental para o questionamento do “risco de agressão permanente” a que as mulheres são submetidas todas as vezes que se concorda que valores morais são suficientes para relativizar a culpa de criminosos que usam códigos defendidos por um nicho machista (Machado, 2019, p. 9). Suas obras primam por uma escrita afiada em refutar qualquer tipo de insinuação de que a vítima teve parte no seu próprio homicídio.

THE WRITING OF GRIEF: THE FEMINICIDE IN THE FICTION OF PATRÍCIA MELO AND SELVA ALMADA

Abstract: This article presents a comparative study between the memory of real cases of femicides explored by the Brazilian writer Patrícia Melo (2019), in *Mulheres empilhadas*, and by the Argentinean Selva Almada (2018), in *Garotas mortas*. Methodologically, we debate the need to name feminicide as a sexist punishment code according to Rita Laura Segato (2013) and Lia Zanotta Machado (2019). Through literary studies, we analyze the narrative strategies that incorporate the memories of these crimes into the textual fabric, breaking the boundaries between the real and the fictional as a mark of the “post-autonomous” literary aesthetics, according to Josefina Ludmer (2009).

Keywords: Gender violence. Post-autonomous aesthetics. Patrícia Melo. Selva Almada. Femicides.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, S. *Garotas mortas*. São Paulo: Todavia, 2018.
- BANDEIRA, L. M.; MAGALHÃES, M. J. A transversalidade dos crimes de feminicídio/femicídio no Brasil e em Portugal. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 29-56, 2019. Disponível em: <https://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/123178/2/361526.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- GOMES, C. M. O corpo feminino como intertexto moral do feminicídio. *FronteiraZ: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP*, São Paulo, v. 26, p. 150-164, 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/1983-4373.2021i26p150-164>.
- GOMES, C. M. Da língua misógina do estupro ao corpo-resistência na literatura brasileira. *Interdisciplinar – Revista de Estudos em Língua e Literatura*, São Cristóvão, v. 42, n. 1, p. 91-107, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47250/intrell.v42i1.p91-107>.

- LUDMER, J. Literaturas postautónomas. *Propuesta Educativa*, [s. l.], v. 12, n. 32, p. 41-45, nov. 2009. Disponível em: <http://propuestaeducativa.flacso.org.ar/wp-content/uploads/2019/12/32-dossier-Ludmer.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- MACHADO, L. Z. Féminicide: nommer pour exister. *Brésil(s)*, Paris, v. 16, p. 1-21, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/bresils/5576>. Acesso em: 17 jan. 2023.
- MELO, P. *Mulheres empilhadas*. São Paulo: LeYa, 2019.
- SEGATO, R. L. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.
- TORRES, B. “O feminicídio é uma realidade de guerra”, diz escritora Patrícia Melo. *O Globo*, 3 nov. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/o-feminicidio-uma-realidade-de-guerra-diz-escritora-patricia-melo-24058449>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- ZOLIN, L. O. Elas escrevem sobre o quê?: temáticas do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina. *Interdisciplinar – Revista de Estudos de Língua e Literatura*, São Cristóvão, v. 35, n. 1, p. 13-40, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/15685>. Acesso em: 20 de fev. 2023.